

RESPOSTAS ÀS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

Processo Administrativo n.º 23381.007658.2025-77

Referência: PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) n.º 90010/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao apoio administrativo e à execução de atividades auxiliares, com vistas ao atendimento das demandas institucionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

1. DA ADMISSIBILIDADE

A Lei nº 14.133/2021, que rege o presente procedimento licitatório, estabelece, em seu art. 164, que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da referida Lei, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, *in verbis*:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. (grifo nosso).**

Em estrita observância ao comando legal, o Edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 90010/2025 reproduziu tal disposição em sua cláusula 15, disciplinando, de forma clara e objetiva, as condições, prazos e meios para apresentação de impugnações e pedidos de esclarecimentos, o que segue:

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma

eletrônica, pelos seguintes meios:

15.3.1. através do endereço eletrônico, e-mail: licitacao@ifpb.edu.br, ou

15.3.2. por petição dirigida ou protocolada no endereço: Av. Almirante Barroso, 1077 - Centro - João Pessoa - PB - CEP: 58.013-120, Diretoria de Compras, Contratos e Licitações.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame. **(grifo nosso)**

Consoante consignado no preâmbulo do Instrumento Convocatório, a sessão pública de abertura do certame foi designada para o dia *20 de janeiro de 2026*. Assim, à luz do art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e das regras editalícias, o prazo final para apresentação tempestiva de impugnações ao edital encerrou-se em *14 de janeiro de 2026*, considerando-se a contagem regressiva de 3 (três) dias úteis anteriores à data da sessão.

Sobre a correta interpretação do prazo previsto na Nova Lei de Licitações, a doutrina especializada tem assentado que o marco final para a apresentação da impugnação corresponde ao terceiro dia útil anterior à abertura da licitação, não se admitindo interpretação extensiva ou flexibilização do termo final, sob pena de afronta aos princípios da segurança jurídica e da isonomia entre os licitantes. Nesse sentido, destaca-se o entendimento doutrinário segundo o qual:

[...] o prazo previsto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 deve ser contado de forma regressiva, excluindo-se a data da abertura do certame, de modo que a impugnação apresentada após o terceiro dia útil anterior à sessão é considerada intempestiva, ainda que protocolada antes da data da licitação.

Compulsando os autos, verifica-se que o pedido de impugnação em análise foi protocolado após o termo final estabelecido em lei e no edital, *em 15 de janeiro de 2026*, razão pela qual não atende ao requisito temporal de admissibilidade, configurando-se, portanto, como intempestivo.

Dessa forma, sob o prisma estritamente formal, o pedido não reúne as condições necessárias ao seu conhecimento, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e da cláusula 15 do Edital do

Pregão Eletrônico (SRP) nº 90010/2025.

Não obstante, em observância aos princípios da autotutela administrativa, da supremacia do interesse público, da transparência, do formalismo moderado e da busca pela proposta mais vantajosa, esta Administração entende prudente proceder à análise das alegações apresentadas, ainda que em caráter excepcional, sem que isso represente reconhecimento da tempestividade do pedido ou inovação procedimental, mas tão somente como medida de cautela administrativa e reforço à legitimidade do certame.

Assim, superada a análise de admissibilidade, passa-se ao exame do mérito das argumentações apresentadas na impugnação, exclusivamente para fins de esclarecimento e verificação da conformidade do edital com a legislação vigente.

2. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante insurge-se contra disposições do Edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 90010/2025, sustentando, em síntese, a existência de supostas ilegalidades e omissões capazes de comprometer a segurança da contratação e a regular execução do objeto, que consiste na prestação de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados ao apoio administrativo e à execução de atividades auxiliares. As razões expendidas podem ser juridicamente consolidadas nos seguintes termos:

2.1. Da alegada necessidade de exigência de índice máximo de endividamento

A impugnante sustenta que o instrumento convocatório deveria prever, como requisito de habilitação econômico-financeira, a exigência de índice máximo de endividamento total, defendendo o parâmetro de até 0,6, sob o argumento de que tal exigência seria imprescindível para aferir a real capacidade econômico-financeira das licitantes.

Alega que, diante da natureza do objeto — serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, que demandam significativo fluxo de caixa para cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias —, a ausência de tal critério poderia permitir a participação de empresas excessivamente endividadas, elevando o risco de inadimplemento contratual. Fundamenta seu pleito em entendimentos extraídos de precedentes do Tribunal de Contas da União, notadamente o Acórdão nº 628/2014-Plenário, que reconheceria a legitimidade da adoção de indicadores financeiros como mecanismo de mitigação de riscos à

execução contratual.

2.2. Da suposta obrigatoriedade de registro das licitantes no Conselho Regional de Administração – CRA

A impugnação também se volta contra a ausência, no edital, de exigência de registro das empresas licitantes no Conselho Regional de Administração. A impugnante argumenta que o objeto licitado envolve atividades típicas de apoio administrativo, que estariam inseridas no campo de atuação privativa ou preponderante dos profissionais de Administração.

Nesse contexto, sustenta que a exigência de registro no CRA encontraria amparo na Lei nº 4.769/1965, no Decreto nº 61.934/1967 e em entendimentos jurisprudenciais e administrativos que autorizariam a Administração Pública a exigir inscrição em conselho profissional quando as atividades contratadas estiverem diretamente relacionadas às atribuições fiscalizadas pela respectiva entidade de classe, sob pena de violação à legislação profissional aplicável.

2.3. Da alegada desproporcionalidade na exigência de qualificação técnica-operacional

A impugnante questiona, ainda, a exigência editalícia de comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na execução de serviços compatíveis com o objeto licitado, afirmando tratar-se de requisito excessivo, desarrazoado e potencialmente restritivo à competitividade.

Sustenta que tal exigência afrontaria os princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021, na medida em que reduziria indevidamente o universo de participantes aptos, sem demonstrar correlação direta com o grau de complexidade do objeto. Defende, nesse sentido, que a comprovação de experiência por período inferior, como 1 (um) ano, seria suficiente para atestar a capacidade técnica das licitantes, especialmente considerando que se trataria de serviços comuns e amplamente ofertados no mercado.

2.3.1. Da suposta omissão quanto ao percentual mínimo de comprovação da capacidade técnica

Outro ponto suscitado refere-se à alegada ausência de definição, no edital, do percentual mínimo do objeto a ser comprovado por meio de atestados de capacidade

técnica-operacional. A impugnante afirma que tal omissão violaria o art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece parâmetros para a exigência de comprovação da aptidão técnica das licitantes.

Defende que o instrumento convocatório deveria fixar, de forma expressa, percentual máximo de até 50% do quantitativo de postos previstos na contratação, como forma de assegurar objetividade, segurança jurídica e previsibilidade aos licitantes, evitando exigências excessivas ou discricionárias na fase de habilitação.

2.4. Da alegada necessidade de exigência de comprovação do cumprimento das cotas legais de PcD e aprendizes

Por fim, a impugnante sustenta que o edital seria omissivo ao não exigir, como condição de habilitação, a comprovação do cumprimento das cotas legais de contratação de pessoas com deficiência, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, bem como das cotas de aprendizes, conforme a legislação trabalhista vigente.

Argumenta que a ausência de tal exigência poderia ensejar a contratação de empresas que não observam obrigações legais de cunho social, contrariando princípios constitucionais e legais relacionados à função social da empresa, à responsabilidade social e à legalidade administrativa.

2.5. Da alegada necessidade de inclusão de vedação expressa à participação de empresas em processo de falência e/ou recuperação judicial

A impugnante sustenta, em linhas gerais, que o instrumento convocatório deveria conter vedação expressa à participação de empresas em processo de falência e/ou recuperação judicial, sob o argumento de que tais empresas não deteriam capacidade econômico-financeira suficiente para assumir obrigações contratuais de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

Alega, ainda, que a ausência dessa vedação no edital representaria risco à execução contratual, à continuidade dos serviços e à segurança jurídica da contratação, especialmente diante da relevância e da essencialidade dos serviços licitados.

Defende que a Administração deveria adotar postura mais restritiva, excluindo previamente empresas em situação de insolvência ou em recuperação, como forma de mitigação de riscos operacionais, financeiros e trabalhistas, bem como de proteção ao

interesse público.

Por fim, a impugnante afirma que a inclusão dessa vedação não configuraria restrição indevida à competitividade, mas sim medida de cautela administrativa, alinhada ao princípio da eficiência e à necessidade de garantir a plena execução do objeto contratual.

3. DA ANÁLISE

Por tratar-se, na sua maioria, de assunto referente à requisitos de ordem técnica, coube a este Pregoeiro encaminhar, parte das alegações, à área técnica deste órgão, tendo a mesma se manifestado, em tempo, a garantir a conformidade do processo licitatório, nestes termos, temos o que se segue:

3.1. Da alegada necessidade de exigência de índice máximo de endividamento

Não procede a alegação da impugnante quanto à suposta obrigatoriedade de inclusão, no instrumento convocatório, de índice máximo de endividamento como requisito de habilitação econômico-financeira.

A Lei nº 14.133/2021, ao tratar da qualificação econômico-financeira, não impõe a adoção de indicadores específicos, tampouco estabelece a exigência compulsória de índice máximo de endividamento. Ao contrário, confere à Administração Pública discricionariedade técnica para definir, na fase preparatória do certame, os critérios necessários à aferição da capacidade econômico-financeira das licitantes, desde que tais exigências sejam pertinentes ao objeto, proporcionais aos riscos da contratação e devidamente motivadas, em consonância com os princípios da razoabilidade, da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

No presente certame, a Administração, no exercício legítimo dessa competência, estabeleceu no Instrumento Convocatório — notadamente no Anexo I — Termo de Referência — a exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), os quais constituem indicadores amplamente reconhecidos pela doutrina especializada e pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União como suficientes para aferir a capacidade das empresas de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, bem como sua sustentabilidade econômico-financeira ao longo da execução contratual.

A pretensão da impugnante de impor, adicionalmente, a exigência de índice máximo de endividamento, sem a correspondente demonstração técnica de sua imprescindibilidade, configuraria medida potencialmente restritiva à competitividade, ao criar barreira adicional à participação de empresas que, embora apresentem adequada liquidez e solvência, adotam estruturas financeiras legítimas baseadas em alavancagem, prática comum e aceita no ambiente empresarial.

Importa destacar que o próprio precedente invocado pela impugnante, consubstanciado no Acórdão nº 628/2014-Plenário do TCU, não respalda a adoção automática de índice de endividamento, limitando-se a reconhecer a possibilidade de utilização de indicadores econômico-financeiros, desde que observados os critérios da proporcionalidade, da razoabilidade e da pertinência com o objeto licitado.

De forma ainda mais específica, o Acórdão nº 2227/2023-Plenário do Tribunal de Contas da União reforça entendimento no sentido de que a exigência de índices contábeis não usuais ou excessivamente restritivos — entre eles, índices de endividamento total — somente se legitima quando precedida de justificativa técnica consistente, amparada em cálculos objetivos, estudos de mercado e análise concreta dos riscos da contratação, devendo tal fundamentação constar expressamente dos autos do processo licitatório. No referido julgado, a Corte de Contas reputou irregular a imposição de parâmetros econômico-financeiros rigorosos quando ausente demonstração técnica de sua necessidade, justamente por seu potencial de restringir indevidamente a competitividade do certame.

Tal entendimento, longe de amparar a tese da impugnante, a enfraquece, pois evidencia que a Administração não está obrigada a exigir índice máximo de endividamento, mas apenas autorizada a fazê-lo quando comprovadamente necessário e tecnicamente justificado, o que não se verifica no caso concreto. Não há, nos autos, estudo técnico, nota técnica ou análise econômico-financeira que demonstre a insuficiência dos índices de LG, LC e SG já previstos no edital ou que evidencie a necessidade de adoção de índice máximo de endividamento adicional.

Ressalte-se, ainda, que compete à Administração Pública, na fase preparatória do procedimento licitatório, definir quais índices econômico-financeiros serão utilizados e como se dará a avaliação das demonstrações contábeis, inclusive quanto à consideração de mais de um exercício financeiro, desde que tal escolha seja

devidamente motivada. Essa atribuição encontra respaldo expresso no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que impõe a motivação circunstanciada das condições do edital, especialmente no que se refere às exigências de qualificação econômico-financeira.

Nesse contexto, a opção administrativa pela adoção dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral revela-se adequada, proporcional e juridicamente válida, estando alinhada à legislação de regência, à jurisprudência do TCU e às características do objeto licitado. A imposição de índice máximo de endividamento, nos moldes pretendidos pela impugnante, sem respaldo técnico idôneo, configuraria indevida restrição à competitividade e afrontaria os princípios que regem as contratações públicas.

Diante disso, conclui-se que não há fundamento jurídico ou técnico para acolhimento da impugnação nesse ponto, devendo ser mantidas integralmente as disposições editalícias relativas à habilitação econômico-financeira.

3.2. Da absoluta improcedência de qualquer exigência de registro no CRA e da tentativa indevida de restrição à competitividade

A argumentação da impugnante, ao insinuar a necessidade de exigência de registro no Conselho Regional de Administração (CRA) para a contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, revela-se juridicamente insustentável, além de contrariar frontalmente a jurisprudência pacífica e dominante do Tribunal de Contas da União (TCU).

Trata-se, mais uma vez, de tentativa de impor requisito de habilitação não previsto em lei, com nítido potencial de restrição indevida à competitividade do certame, em afronta direta aos princípios que regem as contratações públicas.

3.2.1. Do regime jurídico aplicável à exigência de registro em conselho profissional

A exigência de registro ou inscrição em conselho profissional não decorre da discricionariedade da Administração, mas constitui hipótese excepcional, somente admissível quando expressamente prevista em lei.

No caso concreto, o objeto do Pregão Eletrônico nº 90010/2025 consiste na prestação de serviços contínuos de apoio administrativo e atividades auxiliares, com dedicação exclusiva de mão de obra, não se confundindo com atividades privativas de administrador, tampouco com aquelas sujeitas, por força de lei, à fiscalização do Conselho Regional de Administração.

Não há, no ordenamento jurídico vigente, qualquer norma legal que condicione a execução desse tipo de serviço ao registro no CRA, razão pela qual eventual exigência nesse sentido seria manifestamente ilegal.

3.2.2. Da jurisprudência consolidada do TCU – vedação à exigência de registro no CRA

A matéria encontra-se definitivamente pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União, que, de forma reiterada, vem decidindo pela ilegalidade e pelo caráter restritivo da exigência de registro no CRA em contratações de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

O entendimento foi recentemente reafirmado no Acórdão nº 284/2025 – Plenário, de relatoria do Ministro Bruno Dantas, julgado em 12/02/2025, no qual o TCU assentou, de forma categórica, que:

- (i) A exigência de registro no CRA não possui amparo legal quando o objeto contratual não envolver atividades privativas de administrador;
- (ii) Tal exigência configura restrição indevida à competitividade, violando os princípios da isonomia e da ampla concorrência;
- (iii) A Administração deve limitar as exigências de habilitação estritamente ao que for indispensável para a execução do objeto, nos termos da legislação.

Portanto, qualquer pretensão de condicionar a participação no certame à inscrição em conselho profissional, especialmente no CRA, contraria entendimento consolidado do órgão de controle externo, expondo a Administração a risco de nulidade do certame.

3.2.3. Da incompatibilidade da exigência com a Lei nº 14.133/2021

Sob a ótica da Lei nº 14.133/2021, a exigência de registro no CRA também se revela incompatível, porquanto:

- (i) O art. 67 condiciona a habilitação técnica à demonstração de aptidão para o desempenho da atividade, vedadas exigências desnecessárias ou excessivas;
- (ii) O art. 5º consagra os princípios da isonomia, competitividade, proporcionalidade e julgamento objetivo, todos frontalmente violados por exigência sem respaldo legal;
- (iii) O art. 11, inciso I, impõe à Administração o dever de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, o que pressupõe ambiente competitivo amplo e não artificialmente restringido.

Assim, eventual imposição de registro no CRA não apenas careceria de fundamento legal, como também se mostraria desproporcional, inadequada e dissociada do objeto contratado.

3.2.4. Da tentativa reiterada de restrição à competitividade pela impugnante

Ressalte-se que a insurgência da impugnante, ao defender direta ou indiretamente a adoção de exigência dessa natureza, revela tentativa reiterada de introduzir barreiras artificiais ao certame, em prejuízo da ampla concorrência e do interesse público.

Tal postura não se coaduna com a finalidade da impugnação administrativa, que deve se limitar à correção de ilegalidades efetivas, e não à imposição de requisitos seletivos voltados à redução do universo de competidores.

Diante do exposto, conclui-se que:

- (i) Não existe qualquer base legal para a exigência de registro no Conselho Regional de Administração para o objeto licitado;
- (ii) A jurisprudência consolidada do TCU, especialmente o Acórdão nº 284/2025 – Plenário, repudia expressamente tal exigência por seu caráter

restritivo e anticompetitivo;

(iii) A não inclusão desse requisito no edital não configura omissão, mas sim opção juridicamente correta e obrigatória da Administração;

(iv) A alegação da impugnante, neste ponto, carece de fundamento legal e técnico, configurando tentativa indevida de restrição à competitividade.

Dessa forma, rejeita-se integralmente a impugnação quanto suposta necessidade de exigência de registro no CRA, mantendo-se o edital incólume também sob esse aspecto, por plena conformidade com a legislação e com o entendimento consolidado dos órgãos de controle.

3.3. Da improcedência das alegações sobre qualificação técnico-operacional e da inexistência de “omissão” quanto ao percentual mínimo de execução exigido

A impugnante sustenta, genericamente, que o edital afronta princípios da legalidade, da isonomia e da competitividade ao estabelecer requisitos de qualificação técnica supostamente desproporcionais, incluindo a alegação de “omissão” quanto ao percentual mínimo de execução do objeto. Essas alegações, entretanto, não se sustentam frente ao disposto no instrumento convocatório e à própria legislação de regência.

3.3.1. Da legalidade e pertinência da exigência de comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos, admitido o somatório de atestados

Não merece prosperar a alegação da impugnante no sentido de que a exigência editalícia de comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, ainda que em períodos sucessivos ou não, configuraria restrição indevida à competitividade ou afronta à legislação vigente.

A legislação brasileira vigente, notadamente a Lei nº 14.133/2021, permite à Administração Pública exigir comprovação de qualificação técnico-operacional adequada à natureza, ao quantitativo e à complexidade do objeto a ser contratado, como requisito para aferir a aptidão do licitante à execução contratual.

A exigência encontra, ainda, pleno amparo na doutrina especializada e na

jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União, não se tratando de inovação arbitrária, mas de critério legítimo de aferição da maturidade técnico-operacional do fornecedor, especialmente diante da natureza do objeto licitado.

O que se proíbe são exigências desnecessárias, desproporcionais ou desvinculadas do objeto. Conforme entendimento reiterado do TCU, a exigência de experiência anterior é lícita quando guarda pertinência com o objeto licitado e se mostra necessária à garantia da adequada execução contratual, não podendo ser utilizada como mecanismo artificial de restrição à concorrência (Acórdão TCU nº 1.214/2013 – Plenário).

No caso concreto, trata-se de serviços contínuos, com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja execução envolve gestão permanente de pessoal, cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, bem como estabilidade operacional ao longo do tempo. Nesse contexto, a exigência de experiência mínima de 3 (três) anos revela-se adequada, razoável e proporcional, porquanto visa assegurar que o futuro contratado detenha histórico suficiente para mitigar riscos de inadimplemento, descontinuidade dos serviços e falhas de gestão.

Importante destacar que o edital não exige que a experiência mínima seja comprovada por meio de um único contrato nem em período contínuo, admitindo expressamente o somatório de atestados referentes a períodos distintos, sucessivos ou não. Tal previsão afasta qualquer alegação de restrição à competitividade, ampliando, inclusive, o universo de potenciais licitantes.

Esse modelo encontra respaldo direto na jurisprudência do TCU, segundo a qual é admissível a comprovação da qualificação técnico-operacional por meio do somatório de atestados, desde que, em conjunto, os documentos demonstrem a aptidão do licitante para a execução do objeto pretendido (Acórdão TCU nº 2.882/2014 – Plenário).

A impugnante incorre em equívoco ao confundir a vedação à limitação temporal arbitrária com a possibilidade legítima de exigência de experiência mínima compatível com a complexidade do objeto. O próprio TCU já assentou que a Administração deve se abster apenas de impor exigências desproporcionais ou desnecessárias, sendo plenamente lícita a fixação de requisitos mínimos de

experiência quando justificados pela complexidade, duração ou risco do objeto contratado (Acórdão TCU nº 3.070/2016 – Plenário).

No âmbito específico dos serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, o entendimento do órgão de controle é ainda mais claro no sentido de que critérios de qualificação técnica mais rigorosos podem e devem ser adotados, desde que proporcionais, como forma de mitigação de riscos de inadimplemento e de interrupção da prestação dos serviços, em atenção aos princípios da eficiência e da segurança jurídica (Acórdão TCU nº 1.093/2019 – Plenário).

Dessa forma, resta evidenciado que a exigência de experiência mínima de 3 (três) anos, com possibilidade expressa de somatório de atestados, constitui medida legal, proporcional, tecnicamente justificada e alinhada ao entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, não configurando qualquer afronta aos princípios da competitividade, isonomia ou razoabilidade.

Por conseguinte, rejeita-se integralmente a alegação da impugnante, mantendo-se hígida a exigência editalícia, por estar em estrita conformidade com a legislação vigente, a doutrina especializada e a jurisprudência dominante dos órgãos de controle.

3.3.2. Da inexistência de omissão quanto ao percentual de execução mínima

Ao contrário do alegado pela impugnante, não há omissão no edital no que tange à definição do percentual mínimo de execução do objeto que deve ser comprovado por meio de atestados.

O subitem 9.33.1.2, do Anexo I, do Edital prevê, de maneira clara e objetiva, que o licitante deve comprovar a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo até 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados. Essa disposição, expressa no edital, não está ausente nem carece de interpretação: ela define com precisão o parâmetro técnico--operacional a ser utilizado como base para aferição da experiência anterior dos licitantes.

A exigência de comprovação de serviços que envolvam até 50% da dimensão do objeto (neste caso, postos de trabalho) é absolutamente compatível com a regra geral da Lei nº 14.133/2021 e com os entendimentos que limitam a exigência técnica

proporcional ao objeto licitado, não constituindo, portanto, barreira indevida à participação ou à competitividade.

Pelo contrário, a clareza do subitem 9.33.1.2 reflete intenção justificadamente técnica da Administração em assegurar que os licitantes demonstrem experiência operacional relevante, sem impor quantitativos excessivos ou desproporcionais.

A redação do subitem 9.33.1.2, do Anexo I, do edital, ao determinar que o licitante comprove experiência na execução de serviços envolvendo até 50% do número de postos de trabalho a serem contratados, demonstra que a Administração buscou estabelecer um parâmetro técnico e mensurável para aferição da capacidade operacional, sem impor exigência que extrapole o limite de compatibilidade com a execução do objeto.

Esse modelo metodológico de aferição da qualificação técnico-operacional é amplamente utilizado e recomendado em licitações que envolvem serviços contínuos com elevado componente de gestão de pessoal, justamente porque o número de postos de trabalho traduz de maneira objetiva o dimensional operacional do objeto contratual, e o percentual de 50% representa um parâmetro equilibrado e proporcional para fins de comprovação da experiência de execução.

3.3.3. Da improcedência da alegação de afronta aos princípios da competitividade

A impugnante, ao insinuar que o edital imporia requisitos técnicos indevidos que restringiriam a competitividade, não demonstrou qualquer prejuízo concreto à competitividade efetiva do certame. Pelo contrário, a exigência técnica está vinculada a critério objetivo, transparente e proporcional, não havendo restrição excessiva ou desproporcional.

O edital assegura ampla participação de empresas que possuem experiência operacional relevante, sendo certo que a exigência de experiência mínima de 3 (três) anos, assim como, a exigência de comprovação de execução de até 50% do objeto representa padrão técnico condizente com a complexidade dos serviços contratados, sem inviabilizar a participação de empresas efetivamente aptas.

3.4. Da improcedência da alegação de necessidade de exigência de comprovação do cumprimento das cotas legais de PcD e aprendizes

A alegação da impugnante no sentido de que o edital deveria exigir, como condição de habilitação ou como critério de julgamento das propostas, a comprovação material do cumprimento das cotas legais de pessoas com deficiência (PcD) e de aprendizes não encontra qualquer respaldo jurídico, devendo ser rechaçada de forma categórica.

Trata-se de tentativa indevida de ampliar o rol de exigências habilitatórias para além daquelas expressamente previstas na legislação e no instrumento convocatório, em afronta direta aos princípios da legalidade, da vinculação ao edital, da isonomia e do julgamento objetivo.

3.4.1. Da inexistência de previsão editalícia ou legal para exigência material na fase de habilitação ou julgamento

No que se refere especificamente ao cumprimento da cota legal de aprendizes, esclarece-se que não há previsão no instrumento convocatório de verificação material ou de comprovação documental dessa obrigação como requisito de habilitação ou critério de julgamento das propostas.

O edital foi estruturado em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e deliberadamente não incluiu tal exigência como condição de participação, justamente porque inexistente autorização legal para tanto na fase de julgamento das propostas.

A Administração encontra-se estritamente vinculada às regras do edital, sendo juridicamente vedada a criação, por interpretação extensiva ou por provocação de licitante, de exigências não previamente estabelecidas.

3.4.2. Da correta interpretação do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021 – suficiência da autodeclaração

Nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a Administração pode exigir, para fins de habilitação, declaração do licitante quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas.

Tal dispositivo não impõe à Administração o dever de exigir comprovação documental prévia, tampouco autoriza a exigência de verificação material do cumprimento das cotas legais de aprendizes ou PcD na fase licitatória.

A legislação é clara ao admitir que, nesta fase procedimental, a autodeclaração prestada pelo licitante no sistema eletrônico é suficiente, gozando de presunção relativa de veracidade, a qual somente pode ser afastada mediante prova concreta em sentido contrário, apurada em momento oportuno.

Assim, eventual exigência adicional de comprovação documental, sem previsão legal ou editalícia, configuraria excesso regulatório e violação ao princípio da legalidade estrita.

3.4.3. Da distinção entre fase licitatória e fase de execução contratual

A impugnante incorre em erro conceitual ao confundir a fase de seleção do fornecedor com a fase de execução do contrato.

Conforme dispõe o art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021, a fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais insere-se no âmbito da execução contratual, cabendo à Administração, nesse momento, exercer o poder-dever de fiscalização contínua.

É somente na fase de execução que:

- (i) Pode ser realizada verificação material do cumprimento da cota de aprendizes e PcD;
- (ii) Podem ser apuradas eventuais irregularidades;
- (iii) Podem ser aplicadas sanções administrativas, observados o contraditório e a ampla defesa.

Pretender antecipar essa verificação para a fase de julgamento das propostas não encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021 e comprometeria a racionalidade procedimental do certame.

3.4.4. Da impossibilidade de desclassificação de propostas por suposto descumprimento da cota legal

Não há base legal para se admitir que o suposto descumprimento da cota legal de aprendizes ou PcD, ainda que eventualmente constatado, enseje a desclassificação da proposta na fase licitatória.

A desclassificação somente pode ocorrer nas hipóteses expressamente previstas em lei e no edital, sob pena de violação aos princípios do julgamento objetivo e da segurança jurídica.

Eventuais irregularidades relativas às cotas legais não constituem critério de julgamento de propostas, tampouco requisito de habilitação técnica ou econômica, devendo ser tratadas exclusivamente no âmbito da execução contratual.

3.4.5. Da vedação à criação de exigências não previstas no edital – proteção à competitividade

Por fim, destaca-se que a imposição de exigências não previstas expressamente no edital, como pretende a impugnante, configuraria:

- (i) Violação ao princípio da legalidade;
- (ii) Afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;
- (iii) Comprometimento da isonomia entre os licitantes;
- (iv) Subversão do julgamento objetivo das propostas.

A Administração não pode, nem deve, acolher pretensões que visem inserir barreiras adicionais à participação, sem respaldo legal, sob pena de nulidade do certame e de responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

Assim, rejeita-se integralmente a impugnação quanto a alegada necessidade de exigência de comprovação do cumprimento das cotas legais de PcD e aprendizes, mantendo-se incólume o instrumento convocatório, por estar em estrita conformidade com a legislação vigente e com os princípios que regem as contratações públicas.

3.5. Da improcedência da alegação de necessidade de vedação à participação de empresas em recuperação judicial

A pretensão da impugnante no sentido de que o edital deveria conter vedação expressa à participação de empresas em processo de falência e/ou recuperação judicial não encontra qualquer amparo legal ou jurisprudencial, devendo ser rejeitada de forma categórica.

Tal alegação parte de premissa jurídica equivocada, ao presumir que a condição de empresa em recuperação judicial implicaria, automaticamente, incapacidade econômico-financeira para contratar com a Administração Pública, o que não se sustenta à luz da legislação vigente nem do entendimento consolidado dos órgãos de controle.

3.5.1. Da admissibilidade da participação de empresas em recuperação judicial

Esclarece-se, de forma inequívoca, que é admitida a participação de empresas em recuperação judicial no presente certame, não constituindo essa condição, por si só, hipótese automática de impedimento ou inabilitação, desde que observadas as regras de habilitação econômico-financeira previstas no edital, em consonância com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

A legislação de regência não estabelece vedação genérica à participação de empresas em recuperação judicial em licitações públicas. Ao contrário, a Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falências) tem como finalidade primordial a preservação da empresa, a manutenção da atividade econômica e a proteção dos empregos, objetivos que seriam frontalmente esvaziados caso se admitisse a exclusão automática de empresas recuperandas dos procedimentos licitatórios.

3.5.2. Do entendimento consolidado do TCU – Acórdão nº 1201/2020 – Plenário

A matéria encontra-se pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União, que firmou entendimento no sentido de que a simples condição de recuperanda não pode ser interpretada como incapacidade absoluta para contratar com a Administração Pública.

Conforme assentado no Acórdão TCU nº 1201/2020 – Plenário, restou consignado que:

“Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.”

Tal entendimento prestigia os princípios da competitividade, isonomia e razoabilidade, afastando interpretações restritivas que não encontram respaldo legal e que poderiam comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.5.3. Da distinção entre falência decretada e recuperação judicial

Cumpre, ainda, diferenciar as hipóteses de falência decretada e recuperação judicial em curso, que possuem natureza jurídica absolutamente distinta.

A falência, uma vez decretada, implica a liquidação da empresa e a perda de sua capacidade operacional, situação que, de fato, inviabiliza a contratação com a Administração. Já a recuperação judicial, ao revés, pressupõe a continuidade da atividade empresarial, mediante a implementação de plano aprovado judicialmente, razão pela qual não afasta, por si só, a aptidão para contratar, desde que comprovada a capacidade econômico-financeira.

Assim, eventual vedação genérica à participação de empresas em recuperação judicial seria desarrazoada e incompatível com o ordenamento jurídico, além de contrariar frontalmente a jurisprudência do TCU.

3.5.4. Da aferição da aptidão econômico-financeira na fase de habilitação

No presente certame, a participação de empresa em recuperação judicial será admitida desde que a licitante comprove, na fase de habilitação, sua aptidão econômico-financeira para a execução do contrato, nos exatos termos previstos no edital e na legislação aplicável.

A Administração poderá, legitimamente:

- (i) Exigir a apresentação de documentos contábeis e financeiros previstos no edital;
- (ii) Realizar diligências para esclarecimento ou complementação de informações;
- (iii) Solicitar, quando necessário, certidão, atestado ou declaração judicial, emitida pela instância competente, que comprove:
 - a. A viabilidade do plano de recuperação;
 - b. A regularidade da situação econômico-financeira;
 - c. A aptidão da empresa para participar do procedimento licitatório e cumprir as obrigações contratuais.

Caso tais requisitos não sejam atendidos, a empresa poderá ser inabilitada, não em razão de sua condição de recuperanda, mas pela ausência de comprovação da capacidade econômico-financeira exigida, em estrita observância ao edital.

3.5.5. Da vedação à criação de impedimento não previsto no edital

Por fim, destaca-se que a inclusão de vedação não prevista no edital, como pretende a impugnante, configuraria:

- (i) Violação ao princípio da legalidade;
- (ii) Afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório;
- (iii) Restrição indevida à competitividade do certame;
- (iv) Risco de nulidade do procedimento licitatório.

A Administração não pode criar, por provocação de licitante, hipóteses de impedimento ou inabilitação não previstas na legislação ou no edital, sob pena de afronta direta ao regime jurídico das contratações públicas.

Assim, rejeita-se integralmente a alegação da impugnante, mantendo-se incólume o edital quanto à admissibilidade de participação de empresas em recuperação judicial, em estrita conformidade com a legislação vigente e com o entendimento consolidado dos órgãos de controle.

Dessa forma, rejeita-se integralmente a impugnação apresentada, mantendo-se íntegras e inalteradas as disposições do Edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 90010/2025 e de seus anexos, por estarem em plena conformidade com a legislação vigente e com o interesse público

É o parecer.

A área técnica demandante, após análise dos casos em questão, concluiu que os argumentos apresentados pela impugnante não se sustentam e por isso não devem prosperar para efeitos de retificação do presente instrumento convocatório.

4. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

Considerando a manifestação da Equipe Técnica Demandante, que este Pregoeiro adota como embasamento para decidir, observa-se, portanto, que as alegações da impugnante não se sustentam.

Desta forma, com base na análise da Equipe Técnica, conclui-se que não há necessidade de retificação do edital. As alegações da impugnante foram devidamente consideradas e refutadas, demonstrando que o edital e seus anexos estão adequadamente estruturados. Assim, a decisão deste Pregoeiro é pela manutenção do edital em sua forma atual.

5. DECISÃO

Diante do exposto, considerando que o pedido de impugnação foi apresentado fora do prazo legal e editalício, em afronta ao disposto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e à cláusula 15 do Edital, **NÃO CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO**, por ausência de requisito objetivo de admissibilidade, em razão de sua intempestividade.

Não obstante, por cautela administrativa, em observância aos princípios da autotutela, da supremacia do interesse público, da transparência e do formalismo moderado, e subsidiado pelas manifestações da unidade técnica demandante, procedeu-se à análise das alegações apresentadas, a qual não evidenciou qualquer ilegalidade, irregularidade ou vício apto a macular o Instrumento Convocatório.

Assim, ainda que superado o óbice formal, as razões expendidas pela impugnante **NÃO MERECEM ACOLHIMENTO**, razão pela qual mantêm-se integralmente as disposições do Edital do Pregão Eletrônico (SRP) nº 90010/2025, nos termos estabelecidos no presente instrumento.

Cumprir informar que o Pedido de Impugnação e os demais documentos necessários para embasamento da tomada de decisão restam juntados ao processo administrativo com as devidas rubricas.

Importa consignar que os pedidos de impugnação e de esclarecimento, com as respectivas respostas, encontram-se disponibilizados no Portal Institucional no seguinte endereço eletrônico: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/licitacoes/2025/pregao-eletronico/edital-pregao-eletronico-srp-no-90010-2025>

É a decisão

João Pessoa/PB, 19 de janeiro de 2026.

CARLOS DIEGO DOS SANTOS CARVALHO

Pregoeiro

Portaria n.º 1.231/2025 - REITORIA/IFPB